

INCLUSÃO ESCOLAR DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Iana Fernandes Caldas ¹
Victória Mayara Leite e Gino ²

INTRODUÇÃO

Este tema põe em pauta uma problemática significativa, a realidade em sala de aula, no âmbito social e cultural trazendo os desafios encontrados pelos professores no atendimento a crianças com necessidades especiais, pois relata a inclusão/exclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista – TEA, nas escolas públicas, visando a integração juntos a comunidade escolar e possibilitando o acesso à educação para todos.

O objetivo principal é conhecer os fatores que impedem a inclusão de pessoas com transtorno autista no espaço escolar, no qual representa a expressão que todas as pessoas com quaisquer deficiências possam ser tratadas com respeito e com direitos igualitários. Tentar esclarecer a sociedade escolar que somos todos diferentes e temos limitações a serem superadas e que todos possam estar em uma sala de aula como os demais alunos aprendendo e ensinando.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Na construção do artigo foram coletados dados bibliográficos como Menezes (2012), Rotta (2007), Cunha (2012), Beyer (2006), Schwartz (1956), Silvia (2012), Cunha (2015), leis e decretos como a LDB, declaração de Salamanca. A pesquisa está baseada em uma abordagem qualitativa como sendo um processo de reflexão e análise, facilitando a

¹ Psicóloga, professora da Faculdade Evolução, especialista em educação especial e psicopedagogia clínica e institucional, mestranda em educação. iana.fernandesc@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Psicologia Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar - FACEP, victoriamayara2@hotmail.com;

compreensão da complexidade dos problemas, assim como tem ocorrido a inclusão de crianças com transtorno espectro autista no espaço escolar.

DESENVOLVIMENTO

O presente trabalho tem por finalidade apresentar a importância da Inclusão Escolar de Crianças com o Transtorno do Espectro Autista -TEA na Educação Infantil, visando conhecer a realidade educacional encontrada nas escolas de ensino regular. Tendo como objetivo conhecer os principais fatores que impedem a inclusão de crianças com Transtorno Autista no espaço escolar. Sabendo-se que o TEA é um conjunto de alterações que afeta o desenvolvimento cognitivo e comportamental da criança, com isso busca-se compreender a construção da identidade de um autista e o seu desenvolvimento.

Outro aspecto a ser considerado é o papel do professor, pois o processo inclusivo de autistas é difícil repensar as práticas costumeiras, ou seja, o que estamos habituados a fazer, uma vez que a escola está estruturada para trabalhar com um determinado público e nunca com a diferença, e para se ter mudanças de valoração e de pensamentos é preciso reconhecer que deve haver uma reforma nos sistemas educacionais, para um novo modelo de ensino. Sabe-se que a inclusão é tarefa difícil, uma vez que implica que o transtorno do espectro autista afeta o desenvolvimento e limita a capacidade de interagir socialmente. Contudo, os desafios enfrentados pelas crianças com transtorno do desenvolvimento comportamental de grau variável e as contribuições que o educador deve ter como principal mediador para incluir o indivíduo em meio ao ambiente educacional. Com isso, devemos levar em conta ideias claras acerca de ações que possam contribuir para inclusão, mostrando-os como deveria ser implantada de um modo permanente, sempre levando em consideração suas capacidades e limitações.

A inclusão de crianças autistas deve ser considerada como prática menos segregacionista e preconceituosa no espaço escolar, sem ser necessário recorrer às leis, mas sim lançar nossos conhecimentos e tratar o autismo como uma diferença e não como doença. Diante disso, é importante ir além do domínio da deficiência e avançar em meio à discussão em relação ao que a escola estabelece revendo seu papel e dando lugar a uma nova forma de atendimento, valorizando as diferenças, no qual a escola seja adaptada para receber toda e qualquer pessoa com necessidades especiais e estejam preparadas para lidar com as diversas situações existentes, sem exceções.

A luta pela inclusão das pessoas com deficiência na política educacional no Brasil foi de grande importância, pois muitas leis garantem os direitos dos mesmos, muitas instituições existem com a finalidade de atender essas crianças e melhorar suas condições de vida, fazendo com que sejam vistos pela sociedade da melhor maneira, como seres capazes de conviver com os demais.

Hoje, existem instituições de apoio como o Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes localizado em Maceió - AL, considerado um hospital-escola que tem por finalidade proporcionar formação profissional prática, produzir conhecimento e prestar assistência em saúde à comunidade com ênfase em excelência, humanização e compromisso social. Ambulatório de Distúrbios do Desenvolvimento – Hospital Universitário de Brasília, Casa da Esperança- apoio para pessoas com autismo, Clínica-Escola em Itaboraí/RJ é um modelo para todo o país, que não serve somente para o tratamento de autistas, mas na formação e capacitação de profissionais, entre outras, que surgiram com o objetivo de integrar pessoas especiais perante a sociedade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando todas as dificuldades enfrentadas e a questão discutida na elaboração deste trabalho, conclui-se que é possível descrever alguns caminhos percorridos para alcançar novas metas para o processo de inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista, caminho este que não termina ao serem inserido na sala de aula, mas torna-se apenas o início de uma longa caminhada que é construída dia a dia através do profissional da educação que deve oportunizar um ambiente natural e acolhedor.

Com isto, é necessário que o professor e os demais educadores tentem entender as questões de comportamentos das crianças com necessidades especiais, levando em conta suas limitações e visões de mundo. No entanto, construir esse alicerce não é nada fácil, pois estamos diante de uma sociedade segregadora e preconceituosa, sem contar que a falta de profissionais capacitados, de ambiente adequado para cuidar do educando, dentre outros fatores, causa o fracasso escolar dessas crianças.

Os estudos demonstram que para acontecer a inclusão escolar, é necessário desenvolver métodos de abordagens que atendam às necessidades de cada indivíduo, particularizando o

cuidado de acordo com a singularidade de cada caso e evitando estereótipos ou preconceitos, os quais se referem tanto às incapacidades da criança, quanto às limitações dos pais em encontrarem positivas maneiras para lidar com dificuldades no processo de inclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, a conscientização deste trabalho contribui fortemente para a construção de novos conhecimentos teóricos e práticos de maneira a intervir numa dada realidade, seja ele como pesquisa acadêmica ou estudo na aquisição de experiências como um profissional pedagogo na área da educação especial como em outras áreas.

Portanto, este trabalho será concluído com a afirmativa de que é preciso está atento as novas concepções de ensino, para atender as peculiaridade de cada aluno para melhor incluir. Buscando sempre aprimorar os métodos, estimulando e oportunizando as crianças com transtorno ao acesso do ensino regular e a aprendizagem. Pois segundo Weiss (2012), a ideia básica de aprendizagem acontece como um processo de construção que se dá na interação constante e permanente do indivíduo com o meio familiar e escolar e, que, portanto, necessita estabelecer parcerias para que ele aconteça. Não basta conhecer o transtorno e sua manifestação na criança, isto é apenas um passo para se realizar processo de educação, o outro é integrar-se à escola e apoiar e orientar a família para que ambos caminhem na mesma direção.

Por fim, recomenda-se para outras pesquisas sobre o tema proposto o enfoque na atenção assistencial da criança com autismo, enfatizados nas políticas públicas de inclusão no Brasil nos últimos anos.

Palavras-chave: TEA, Inclusão, Ambiente escolar, F.amília

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto Federal nº 8.368/2014, de 02 de dezembro de 2014. Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF: 03 dez. 2014.

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência [recursos eletrônico]. – 5. Ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edição Câmeras, 2015.

CUNHA, E. Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. 6 ed. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2015.

GRANDIN, Temple; SCARIANO, Margaret M. Uma menina estranha: autobiografia de uma autista. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. Inclusão Escolar: pontos e contrapontos/ Maria Teresa Eglér Mantoan, Rosangela Gavioli Prieto: Valéria Amorim Arantes, organizadora. São Paulo: Summus, 2006.

MENDES, Eniceia Gonçalves. "análise na minuta da resolução CEB/CNE, que institui Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica" (versão 17 de fevereiro de 2001). São Carlos , UFSCAR, 2001.

MENEZES, A. R. S. de. Inclusão escolar de alunos com autismo: quem ensina e quem aprende? 160f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

Presidência da republica. Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001.

SILVIA, Ana Beatriz Barbosa. Gaiato M.B.Mundo Singular: Entenda o Autismo. Rio de Janeiro Fontanar; 2012

Schwartz, H. (1956). Samuel Gridley Howe: Social reformer, 1801-1876. Cambridge, MA:Harvard University Press.Silva ABB, Gaiato MB, Reveles LT. Mundo singular: Entenda o autismo. Rio de Janeiro: Objetiva; 1956.

XAVIER, Alexandre Guedes Pereira. Ética, técnica e política: a competência docente na proposta inclusiva. Revista Integração. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria da Educação Especial, ano 14, nº24, 2002.